

# MARGINALIZAÇÃO À BEIRA-MAR DE MACEIÓ

Camila Maria Barros Ferreira de Araújo<sup>1</sup>

Taiane Gonçalves<sup>2</sup>

## RESUMO

O trabalho apresentado tem por objetivo identificar as mudanças e permanências na fachada litorânea de um trecho da cidade de Maceió conhecido como “Ouricuri”, atual bairro do Prado. Embora localizado na orla marítima da cidade, que constitui seu principal “cartão de visitas”, verificou-se que o trecho escolhido não é valorizado pelo mercado imobiliário e sofre com a marginalização desde a época de sua formação, na época de vigência do chamado “urbanismo sanitarista”, quando receberam em sua área os equipamentos urbanos que deveriam ser afastados do contato com a população - cemitério, asilo, quartel, antiga cadeia. Para atingir este objetivo, o estudo utiliza-se como principal aporte metodológico a análise do acervo iconográfico existente, constituído de mapas e fotos antigas e atuais.

**Palavras-chave:** Segregação urbana, Maceió, Fachada Litorânea.

## A ACEITAÇÃO IDEAL DE MODERNIDADE EM MACEIÓ

A modernidade aqui tratada é compreendida a partir das mudanças ocorridas na cidade decorridas em função da expansão industrial. O final do século XVIII e início do século XIX foram marcados por uma série de fatores que favoreceram o desenvolvimento da indústria, principalmente na Europa: a invenção da máquina a vapor, locomotiva, ferrovias, entre outras descobertas tecnológicas, além da mão-de-obra assalariada abundante e mercado consumidor.

Nessa época, as cidades européias tiveram um rápido crescimento populacional concentrado na área urbana. Isto se deu sem organização de infra-estrutura e saneamento, o que ocasionou a proliferação de cortiços. As ruas ficaram caóticas, sujas, repletas de indigentes, crianças perdidas, lixo e dejetos, levando à formação de epidemias. A média de vida dos habitantes das urbes européias chegou a ser reduzida para trinta anos na primeira metade do século XIX.

De acordo com o Beguin (1991), a cidade industrial de ser pensada esteticamente, por artistas e arquitetos, e passou a ser uma questão técnica (a ser tratada

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Bolsista CNPQ do Programa PIBIC – UFAL.

<sup>2</sup> Aluna de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Bolsista CNPQ do Programa PIBIC – UFAL. O trabalho refere-se aos resultados finais de uma pesquisa de iniciação científica intitulada: Do Jaraguá ao Pontal: Mudanças e Permanências na Fachada Litorânea de Maceió.

por engenheiros), sanitária (a ser tratada pelos médicos) e moral (com interferência policial sobre a vida das pessoas).

No final do século XIX, em meio a tantas mudanças sociais e físicas nas cidades, o contexto econômico em que se encontrava Maceió era bem diferente do europeu; a economia da nova capital alagoana ainda era voltada para o comércio agrícola, com mão-de-obra escrava, exportando seus produtos pelo Porto de Jaraguá. Com a Abolição da Escravatura e a crise do café logo em 1929, o comércio concentrou-se na formação de engenhos de açúcar.

Com raras exceções, a abolição provocou uma queda inicial nos níveis de produção agrícola, principalmente nos casos dos artigos dirigidos à exportação. Os antigos escravos tenderam a afastar-se das grandes plantações sendo substituídos muitas vezes por imigrantes presos por contratos temporários de trabalho (...) Aqui no Nordeste não houve imigração. Por causa disso e de outras razões anteriores à abolição, a classe dominante nordestina encontraria mais dificuldades que os plantadores de café do Sul do país. Em primeiro plano, a crise do café cessaria com a entrada de imigrantes. No Nordeste, a implantação do sistema de usinas abastecidas por fazendolas, amenizaria o problema (STANLEY apud RIBEIRO, 2010, p.3)

No entanto, existiram três grandes fatores que acarretaram a fácil adesão das idéias modernas em Maceió, começando pelos surtos de cólera devido à falta de higienização:

Outro empecilho verificado contra a eficácia do governo da Província foi o surto da cólera. A epidemia, que teve seu auge no governo de Sá e Albuquerque, encontrou um território sem infra-estrutura para enfrentá-la. Assuntos como o tráfico de negros, passariam ao comando de instituições externas, como por exemplo, o Vice-Consulado Britânico (DUARTE apud RIBEIRO, 2010, p.13).

Como descreve Diegues Jr (1980), as principais vítimas eram os escravos:

Daí as doenças de avitaminoses, o raquitismo, traduzido nos casos de pernas arqueadas, de pernas cambadas ou tronchas, de pés apalhetados, ainda nos escravos do tipo seco, magros de peito seco ou pernas finas. São ao que me parece, também os casos de dentes podres ou falta de dentes originados da ausência de regime alimentar conveniente . (DIEGUES JR., 1980, p. 172-173).

Como contado por Lima (1975), quando faleciam, os escravos eram muitas vezes jogados às ruas em terrenos baldios, alagadiços, quando não enterrados no quintal, sendo que o único local onde eram sepultados de forma cristã era o Cemitério da Nossa Senhora da Piedade, localizado na área de estudo.

O segundo fator, que explica Cavalcanti (1998), era o sítio físico em que a cidade se encontrava assentada, com a presença de lagoas, riachos, mangues e pântanos, além da proximidade com o oceano atlântico. Com a difusão das idéias higienistas, em um local tão rico de alagados, houve o receio de que estes estivessem causando as doenças proliferadas na época.

O terceiro fator para a adesão das idéias modernas em Maceió pode ser explicado a partir da afirmação de Silva (1991), que era a busca pela libertação do estereótipo de cidade pequena, ilhada, interiorana, insignificante.

Maceió era uma cidadezinha de pouco mais de quarenta mil habitantes. Casas velhas, de paredes meias, espremidas umas nas outras, sem aeração nem luminosidade. Serviços sanitários precaríssimos. O máximo de conforto consistia no piso de mosaico e no forro de madeira (MENDONÇA apud SILVA, 1991, p.29).

De acordo com o ideal higienista, tudo o que era indesejável deveria ser excluído ou isolado: todo estabelecimento que fosse visto como foco de contaminação precisava ser afastado do convívio da população.

Construiu-se com essa sucessão de leis o outro lado da geografia social oposta, outra linha imaginária que definiu os muros da cidade: para dentro, o comércio, as fábricas não incomodas e a moradia da elite; para fora, a habitação popular e tudo o que cheira mal, polui e contamina (matadouro, fábricas químicas, asilo de loucos, hospitais de isolamento etc.) (ROLNIK, 1997, p. 48).

O principal responsável pela difusão das idéias higienistas em Maceió foi Thomas Espíndola, que registrou estudos dos elementos físicos do sítio geográfico de Maceió como temperatura, vegetação, mangues, rios, ventos, sendo estes apontados como foco de miasmas que seriam “emanação das matérias animais quer vivas, quer mortas, e os effluvios pantanosos” (ESPÍNDOLA apud CAVALCANTI, p.5). Em 1878, suas influências geraram a aprovação da reforma do Código de Posturas da Municipalidade, conforme CAVALCANTI (2000):

A Maceió higienista ideal de Espíndola com o sítio perfeitamente drenado teria ruas limpas, asseadas e arborizadas. Além disto, as ruas deveriam estar niveladas, alinhadas e calçadas e sempre que possível as mais antigas deveriam ser retificadas e alargadas. Suas propostas certamente influenciaram médicos e cidadãos importantes da cidade, uma vez que foram adotadas posteriormente. Os pântanos e mangues á beira mar e a oeste da cidade, nas áreas contíguas e mais valorizadas da cidade, foram saneados ou aterrados e suas propostas físicas sobre o traçado urbano foram lentamente realizadas (CAVALCANTI apud CAVALCANTI, 2000, p.5).

Como é perceptível na obra de Beguin (1991), tudo que remetesse ao selvagem, em oposição ao civilizado, deveria ser marginalizado. Segundo Cavalcanti (2000) era preciso defender a extinção dos pântanos da cidade, e lutar para que o ambiente tropical se tornasse o mais próximo possível do ambiente europeu, negando os elementos inerentes à região.

A natureza nativa passou a ser vista como elemento nocivo à saúde da população e obstruidora da imagem de “cidade modernizada”. Toda a água parada era sinônimo de foco de doenças e o mar passou a ser visto como o local de despejo de dejetos, pois ainda não existia a idéia da utilização da orla como área de lazer. Azevedo (2004) conta que no início do século a praia não era sequer percebida como paisagem:

seria apenas o inevitável caminho do pescador para o mar, do puxador de rede e do lançador de tarrafa, do canoeiro e do jangadeiro para o embarque em seus naus. Talvez nada para o cidadão, o urbano. Poucos a conheciam realmente. Na imaginação dos urbanistas, particularmente os isolados intelectuais nas suas torres-de-marfim, seria, quando muito, moldura inerte, alva fímbria d a terra, arremate do espaço visível de longe. [...] para o pescador, a praia é lugar de trabalho árduo [...] molha-se nessa água, mergulha às vezes, por necessidade, mas pouco por divertimento. De fato, marinheiro, pescador, tripulante de navio muitas vezes não sabe nadar, nem se banha no mar. Isso é coisa de gente da cidade (AZEVEDO, 2004, p.33)

Segundo Cavalcanti (2000), em 1845, foi aprovado o Primeiro Código de Posturas da Câmara de Maceió. Ele continha uma série de medidas para o planejamento da cidade e acreditava na verídica necessidade da utilização de aterros para os alagados, além de outras medidas que assegurassem o saneamento eficiente e o afastamento de estabelecimentos considerados focos de ameaças à salubridade (como cemitérios, hospitais, asilos e alagados).

O pensamento higienista influenciou diretamente a orientação do crescimento da cidade no sentido Porto de Jaraguá - Centro. Como contado por Ivo (1997), a fachada litorânea era marginalizada, principalmente as áreas mais próximas ao porto. Além da proximidade com o mar, que era utilizado para o despejo dos dejetos da população, o porto era visto como um lugar sujo, perigoso, uma ameaça à saúde pública e local de moradia da população marginalizada, conforme a passagem de Ivo (1997): “Era como se ali, naqueles sobrados de grades ferrugentas e nas calçadas tortas e em declive, o homem se tivesse empenhado em construir seu primeiro e mais resistente baluarte contra o mar e a evasão” (IVO, 1997, p. 14).

[...] um cheiro de navios, de ferrugens guardadas, de galpões escuros e fechados onde se acumulavam gêneros alimentícios destinados ao embarque, de resíduos esverdeados e gelatinosos que o mar vomitava na praia, do salitre que cobria imperceptivelmente as fachadas dos edifícios como se fosse transparente pátina marítima. Mas às vezes é como se o mar não existisse e ele morasse entre pedras, num ninho de cobras (IVO, 1997, p. 44).

O Centro da Cidade se encontra em um platô intermediário contra as marés, não tão próximo ao nível do mar e ao mesmo tempo, não tão longe do Porto, que exportava, naquela época, principalmente açúcar e tabaco. Posteriormente, o Centro foi dominado pela área comercial, levando à transformação dos imóveis residenciais para pontos comerciais, resultando na migração da população para outros bairros.

O trecho aqui estudado desenvolve-se de forma marginalizada pela cidade desde seu surgimento. A proximidade com o mar, com a Lagoa Mundaú, com o Porto de Jaraguá e com o Riacho Salgadinho, (antigo Riacho Maceió) fizeram com que a imagem do trecho passasse a associar-se à proliferação de doenças, justificando a concentração de estabelecimentos que deveriam ser isolados do contato com a população, como o Cemitério da Piedade, a Cadeia e o Asilo dos “Loucos”. Embora sua paisagem natural esteja completamente alterada, o estigma permanece ainda nos dias de hoje.

Um exemplo da discriminação pode ser verificado com a denominação do Riacho Salgadinho, vulgarmente denominado, antes da segunda metade do século XIX de “Alagadiço do Curtume”. Costa (1939), traz as memórias da época em que o Riacho Maceió era limpo e demasiadamente belo, o traçado original acompanhava a Avenida da Paz até o bairro do Sobral, e compara o trecho que passava pela Praça Sinimbu com Paris.

A Figura 1 (na página seguinte) apresenta uma montagem com as mudanças e permanências na fachada litorânea do antigo bairro de Maceió conhecido como “Ouricuri”, atual Prado e parte do Centro. Nesta figura, aparecem fotos antigas e atuais de lugares que serão referenciados a seguir, sendo que a foto superior é sempre a antiga e a inferior é sempre a recente:

A foto de **número 4** mostra os coqueiros ainda sinuosos margeando o oceano atlântico, bem como o Riacho Salgadinho com uma configuração completamente diferente da atual: limpo e de cor verde claro. Hoje, o Riacho se encontra em estado deplorável, fétido e repleto de lixo. A foto de **número 3** mostra o Forte de São João, construído em 1820, pelo então Governador da Capitania de Alagoas, o Tenente Coronel Sebastião de Melo Póvoas. Perdendo a sua finalidade, o forte foi abandonado e

ficou em ruínas e, ao ser restaurado, passou a funcionar como Enfermaria Militar, ligada ao então 20º Batalhão de Caçadores. Desde de 1967 abriga o Museu da Guerra.



Figura 1: Montagem mostrando as mudanças e permanências na fachada litorânea do antigo bairro de Maceió conhecido como “Ouricuri”, atual Prado e parte do Centro (Fontes: Mapa Base Google Earth; fotos antigas disponíveis no Acervo Virtual de Golbery Lessa (GL) Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA) e Exército Alagoano (EAL); Fotos atuais de Camila Araújo, 2010)

A foto de **número 8** mostra a Garagem Alagoana de Leão & Cia., a qual, segundo Costa (1939), foi construída em fins do século XIX e era o ponto de encontro das classes mais abastadas que possuíam automóveis. Localizava-se na Avenida da Paz, perto da “Ponte dos Fonseca”. A deu lugar na década de 1930 à sede social do Clube Fênix Alagoana. Ainda de acordo com Costa (1939), o clube Fênix foi fundado em 1886 e representou por várias décadas a boemia alagoana e configurava o local onde aconteciam as festas carnavalescas. É uma das poucas construções do trecho de estudo que ainda continua quase inalterada, permanecendo até hoje com a mesma função de casa de festas e ginásio de esportes.

Durante as pesquisas, constatou-se que um imenso terreno baldio atualmente coincide com o local do antigo Cemitério da Piedade (foto de **número 6**), que antes era à beira-mar e abrigada no mesmo local uma estação de tratamento de esgoto, que encontra-se desativada. Ivo (1997) descreve que posteriormente, o cemitério se converteu em uma avenida, referindo-se à atual Duque de Caxias, mostrada na foto de **número 9**.

O cemitério era junto ao mar. O muro branco o separava da linha dos coqueiros. E a areia fofa, [...], era a antiga areia das dunas domadas para que os mortos fossem enterrados num território onde as águas e as terras se encontravam (IVO, 1997, p. 89).

A foto de **número 1** mostra o antigo “Asilo das loucas”, assim chamado pela população, de acordo com Costa (1939). Foi construído da década de 1920 em frente ao Instituto Médico Legal (Estácio de Lima) e, após a construção do Hospital Portugal Ramalho, no bairro do Farol, o velho asilo perdeu sua utilidade e foi abandonado e demolido por razões desconhecidas em 1946. Hoje, em seu lugar, existem os edifícios Ômega, Antares e Vega, que podem ser vistos na figura de **número 1**. Antes de sua construção, os doentes mentais eram colocados junto aos criminosos na penitenciária do Farol, conforme afirma Lima Júnior (2001):

[...]a Penitenciária demolida em 1970 só foi lançada em 2 de dezembro de 1847 [...] a planta foi autoria do engenheiro civil José Pedro Azevedo Schramback. Não pude obter a data da inauguração, a qual deve ter sido nos anos 50 do século XIX Além de condenados, correccionais, pronunciados, etc., na penitenciária detinham escravos fugidos ou enviados pelos donos para serem castigados, às vezes duramente, com cipó-de-boi. Como não tinha ainda construído o asilo santa Leopoldina, para lá enviavam os loucos, coitados mantidos acorrentados, o que comoveu um presidente da província. Talvez o que tenha mandado erguer o santa Leopoldina na Praça hoje denominada Dr. Afrânio de Araújo Jorge (JÚNIOR, 2001, p. 50).

A fotografia de **número 7** mostra o antigo quartel, que foi construído em meados do século XIX para abrigar o 33ª Batalhão de Caçadores (COSTA, 1939). Foi transformado posteriormente em 20ª Batalhão de Caçadores, Unidade Militar do Exército Brasileiro em Maceió, que atualmente se encontra no bairro do Farol, agora denominado 59º Batalhão de Infantaria Motorizada. Como descrito no livro de Silva (1991), foi doado, em 1951 para a faculdade de medicina e as obras de adaptação do prédio foram realizadas pelo arquiteto Saint'Yves Simon, que optou por manter o volume retilíneo do prédio, mas o transformou em uma edificação em estilo neocolonial.

No traçado urbano, pode-se notar, por meio da Figura 2, que houve muitas transformações no desenho de ruas e avenidas do trecho em estudo:



**Figura 2: Mudanças e permanências no traçado urbano do trecho estudado, sendo que em vermelho é mostrado o traçado antigo e em azul o traçado que foi construído ao longo dos anos e permanece ainda hoje. Fonte: Camila Araújo (2010).**

Continuando o registro fotográfico da Figura 1, é possível identificar a primeira ação urbanística no trecho de estudo, mostrado na fotografia de **número 9**: nela, aparece a chamada “Praça dos Automóveis”, para a qual não foram encontrados registros escritos sobre a época de suas construção. Entretanto, por meio da sobreposição de mapas, chegou-se à região coincidente bem próxima ao núcleo de depósito de carros e



oficinas, deixando a especulação de que funcionavam em conjunto. Essa área, onde funcionava a “Praça dos Automóveis” foi posteriormente transformada em Praça Napoleão Goulart (COSTA, 1939), em homenagem ao Fundador do Clube Fênix Alagoana, deixou de existir quando foi incorporada pela direção do clube e transformada em área privada.

O trecho desenvolveu-se seguindo as idéias higienistas, segundo as quais toda água estagnada representava ameaça à saúde, justificando as obras de aterramentos, saneamento e drenagem, como por exemplo do “Pântano do Sobral” e do “Canal da Ponta Grossa”, em Maceió. No trecho estudado, isto se aplica ao Riacho Maceió, hoje chamado “Riacho Salgadinho”, como explica Cavalcanti (2000). Para viabilizar a construção de uma ligação eficiente entre os bairros de Maceió e Jaraguá, foi inicialmente aterrado o Alagadiço do Cartume (fotografia **número 4**). A eliminação daquele “foco de miasmas” ocorreu em consequência da obra para construção de uma ponte sobre a região, a chamada Ponte dos Fonseca (fotografia **número 5**).

De acordo com Costa (1939), a Ponte dos Fonseca foi finalizada em 1871, medindo cento vinte metros de comprimento, quatro metros de largura, e com os passeios laterais ornamentados. O centro era calçado de paralelepípedos com oito lampiões grandes em grossas colunas de ferro bronzeadas. Entretanto, em 1924, uma enchente fez a ponte desmoronar. Antes de sua construção, as pessoas eram transportadas por jangadas, conforme as passagens registradas na literatura:

Sobre o riacho, ainda em 1840, uma jangada fazia a passagem de pedestres, mediante quarenta réis, no local onde existiu a ponte de madeira que dava acesso ao bairro de Maceió, ao lado do hospital militar, em cujos arredores, mais tarde, Melo e Póvoas levantou a fortaleza de São João (COSTA, 1939, p.59).

[...] depois de atravessar a ponte sobre o Salgadinho, pousou o olhar sobre a praça deserta e o edifício da Companhia Força e Luz Nordeste Brasil” (IVO, 1997, p. 53).

[...] A ponte salgadinho, conhecida como Ponte dos FONSECAS, foi construída na administração do benemérito PRESIDENTE DA Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, ligando os bairros de Jaraguá e Maceió. Custou, em 1869, 6.500 libras esterlinas, sendo os trabalhos dirigidos pelo engenheiro Hugo Wilson. Era de Ferro e ruiu em abril de 1924, devido a uma tromba d’água caída no Poço. Foi substituída por outra, de madeira, provisória, cuja construção foi contratada pela firma Cavalcanti & Cia.,[...] (LIMA JÚNIOR, 2001, p. 210)

A mesma figura (fotografia de **número 5**) mostra ainda o bonde que passava pela Avenida da Paz, atual Duque de Caxias e entrava pela Ponte dos Fonseca, de onde

seguia para circular dentro da cidade. Hoje, a rua se encontra asfaltada e sem sinais dos antigos trilhos:

Foi em 1866, na administração do Presidente, Dr. Esperidião Pimentel, que a província autorizada pela assembléia, contratou com a companhia baiana de navegação, o serviço de ‘‘tramway’’, entre Jaraguá, Maceió e trapiche da barra [...] A linha fora estendida de Jaraguá, da Praça Manoel Duarte, passava pela Sá e Albuquerque, pelo aterro, atravessava o riacho, a ponte de madeira construída sobre o riacho salgadinho, dobrava o oitão de a enfermaria militar, passava em frente ao cemitério da piedade e chega ao trapiche. Terminava em frente a um edifício que servia de estação dos veículos. Nos fundos, uma porta de madeira permitia que saltassem os viajantes dos vapores e do pilar [...] Havia ainda, um bondinho que o povo chamava ‘caixa de fósforos’ [...] que servia Levada, o Farol, e fazia circular. Subia pela rua da praia, lado esquerdo, entrava pelo barão de anadia [...] (LIMA JÚNIOR. 2001 p. 28; 34).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou analisar como se deu o impacto das leis higienistas na formação do trecho litorâneo que vai do antigo bairro conhecido como ‘‘Ouricuri’’, atual Prado e parte do Centro de Maceió, bem como a construção de uma imagem estigmatizada para aquela área da cidade, localizada em plena orla marítima, abrigando até mesmo uma estação de tratamento de esgoto desativada.

O que temos atualmente é um trecho descaracterizado, com a presença de um riacho fétido e poluído, precárias casas à beira-mar, abrigando uma população carente e excluída socialmente, contrastando com uma rica paisagem natural escondida em meio às moradias.

Em visita à cidade, no ano de 1926, o arquiteto Lúcio Costa descreveu a praia de Maceió, como ‘‘uma praia diferente de todas as outras’’, de ‘‘valor simbólico do patrimônio natural maceioense’’. Por que então, tantas décadas a frente, a sociedade alagoana ainda despreza essa região e não se preocupa com a preservação do patrimônio natural, continuando a poluir os alagadiços e menosprezando uma região que tanto já fora discriminada, deixando claro o poder de uma concepção imagética que foi criada sobre um lugar e passado de geração para geração.

Que resíduos tais influências deixaram sob o pensamento do homem maceioense e como isso afeta a cidade de hoje?

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thales de. **O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos de vida**. Recife: F. Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2004.
- BEGUIN, Françoise. As maquinarias inglesas do conforto. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n.34, 1991.
- CAVALCANTI, Verônica Robalinho. Idéias antigas ainda dominantes. Trabalho apresentado no **VIII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, Salvador, 2000.
- COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió, SERGASA, 1981.
- DIEGUES JÚNIOR, Manoel. **O Bangüê das Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió, EDUFAL, 1980.
- DUARTE, Abelardo. **Três Ensaio : episódios do contrabando de africanos nas Alagoas**. Maceió: Depto. Estadual de Cultura, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Aspectos da mestiçagem das Alagoas**. Maceió, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, 1955.
- GALERIA PÚBLICA DE GOLBERY LESSA. [Álbuns da WEB do Picasa ], Disponibiliza fotos sobre Maceió e Alagoas. Disponível em: <<http://picasaweb.google.com/golberylessa>> Acesso em: 22 jun. 2010.
- IVO, Ledo. 1924. **Ninho de Cobras**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LIMA JR., Félix. **Maceió de Outrora**. Maceió: EDUFAL, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1975.
- RIBEIRO, Antônio Daniel Marinho. A transição da mão-de-obra escrava para a livre no perímetro urbano de Maceió (1850 – 1898). **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/a-transicao-maodeobra-escrava-para-livre-no-perimetro-.htm>> Acesso em 27 jun 2010.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.
- SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura moderna: atitude alagoana**. Maceió: IAB-AL/UFAL, 1991.